

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.066 - SP
(2018/0345687-1)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : R N L C
ADVOGADOS : RICARDO HASSON SAYEG - SP108332
JOSIMARY ROCHA DE VILHENA - SP334889
MARIANA FLEMING SOARES ORTIZ - SP363965
HENRIQUE NELSON CALANDRA - SP037780
JOÃO CARLOS FARIA DA COSTA - SP319628
STEPHANIE SOLE BARABANI - SP409586
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE DINHEIRO E DELITO PRATICADO POR PREFEITO (DECRETO LEI Nº 201/67). BUSCA E APREENSÃO. ILEGALIDADE. AÇÃO CONTROLADA. MATÉRIA EXAMINADA NO HC-424.553/SP. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL REALIZADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos. (AgRg no HC 500.217/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019).

2. A matéria exposta no presente recurso ordinário – ilegalidade da busca e apreensão realizada na origem – já foi examinada nesta Corte Superior no julgamento do HC-424.553/SP, o que prejudica o exame do tema. Precedentes do STJ.

3. Recorde-se, aliás, que a argumentação deduzida neste RHC (não coincidência integral dos fundamentos dos julgadores anteriores) foi, ainda no HC anterior, abordada em sede de embargos de declaração e de agravo regimental perante o Supremo Tribunal Federal (RHC 135.985-DF, decisão colegiada de 10/05/2019). Na ocasião, o eminente Relator, Ministro Ricardo Lewandowski considerou inviável a ponderação da defesa, por não vislumbrar sinais de ação controlada (ausência de excesso de prazo para cumprimento do mandado de busca e apreensão), por anotar decisão

re-ratificadora do Juízo competente, com aditamento do correspondente mandado de busca e apreensão, e, especialmente, por não verificar a demonstração do prejuízo, exigível em tema de nulidades (absoluta ou relativa). Temas superados, portanto.

4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator